

PMDB ajuda a instalar CPI, garante Jáder

Ao fim de quase três horas de reunião ontem à noite, a bancada do PMDB no Senado anunciou a decisão de participar da instalação da CPI dos Bancos. A posição foi comunicada pelo líder Jáder Barbalho, que deverá transmiti-la ao presidente da República. A CPI dos Bancos dominou parte das discussões em plenário. Os senadores José Eduardo Dutra, Antonio Carlos Valadares e Ademir Andrade criticaram a ação que atribuíram ao governo no sentido de evitar o funcionamento da CPI. O presidente do Senado, José Sarney, em nota divulgada à imprensa, esclareceu que sua posição no episódio decorre da defesa das prerrogativas do Congresso. **Páginas 4 a 6**

Senado limita gasto de novo município com pessoal

Projeto de Freitas Neto estabelece que só 40% das receitas líquidas podem ser comprometidos com salários nos primeiros 10 anos

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei que limita os gastos com pessoal dos municípios que vierem a ser criados a 40% das receitas correntes líquidas, nos dez primeiros anos de emancipação. Os outros municípios continuam podendo gastar até 65% com a folha de salários. O projeto ainda deve ser votado pela Câmara dos Deputados.

O autor do projeto, senador Freitas Neto (PFL-PI), argumentou que a medida procura dificultar a criação de novos municípios, lembrando que foram emancipados mais de mil municípios desde a Constituição de 88. Com o limite



Freitas Neto

para gastos com pessoal, conforme Freitas Neto, sobrarão mais dinheiro para que a nova unidade faça investimentos em infra-estrutura, como saúde, escola e segurança. Aliás, explicou, quando a população de um distrito decide se emancipar espera que haja melhoria nas suas condições de vida.

Foi aprovada emenda apresentada pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), que impõe o limite apenas nos dez primeiros anos. Para ele, se não fosse colocada tal ressalva, o projeto poderia ser considerado inconstitucional, pois estaria sendo aplicada uma legislação diferenciada da que rege os gastos dos atuais municípios. O projeto será enviado à apreciação dos deputados.

Na sessão de ontem, também foram aprovados projetos renovando a concessão de funcionamento para nove emissoras de rádio e outorgando permissão para uma emissora em FM na cidade de Taperoá, na Paraíba.

Comissão de Justiça aprova criação da Ouvidoria-Geral

Projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a criar a Ouvidoria-Geral da República foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO). Caberá à Ouvidoria-Geral "defender direitos e interesses individuais e coletivos, contra atos legais ou injustos e contra omissões cometidas pela administração pública federal". O projeto, de au-

toria do senador Pedro Simon (PMDB-RS), foi aprovado nos termos de substitutivo do relator, senador Romeu Tuma (PSL-SP).

A matéria teve aprovação terminativa e será enviada diretamente ao exame da Câmara dos Deputados, se não houver recurso para apreciação do projeto pelo plenário do Senado. Conforme o substitutivo, a Ouvidoria será vinculada à Presidência da República, e o ouvidor-geral



A CCJ acolhe projeto de Simon, com substitutivo de Tuma

terá a atribuição de acolher e apurar reclamações ou denúncias que lhe forem dirigidas - por qualquer cidadão brasileiro - e determinar aos órgãos competentes, quando cabível, a insta-

lação de sindicância, de inquérito administrativo e de auditoria, bem como recomendar a anulação ou correção dos atos contrários à lei ou às regras da boa administração.

Comissão aprova Orçamento da União para 96

Projeto ainda depende do exame de 506 destaques em reunião programada para hoje. **Pág. 3**

Aprovada homenagem ao ex-senador Irineu Bornhausen

Centenário do nascimento de político catarinense será comemorado com participação de representante oficial do Senado

O Senado aprovou ontem requerimento de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) solicitando a indicação de um representante oficial nas comemorações pelo centenário do nascimento do ex-senador Irineu Bornhausen. Os eventos serão realizados em Santa Catarina, no próximo dia 25.

Também o senador Vilson Kleinübing (PFL-SC) homenageou ontem a memória do ex-senador de Santa Catarina, que estaria completando cem anos de nascimento. Kleinübing destacou o desempenho profissional de Irineu Bornhausen, que foi também vereador e governador



Antonio Carlos Magalhães

daquele estado. O senador Júlio Campos (PFL-MT), no exercício da presidência da Casa, destacou que todo o Senado se associava às homenagens.

Kleinübing destacou que o ex-senador Irineu Bornhausen foi o responsável, entre outras grandes obras, pela instalação da primeira universidade de Santa Catarina.



Vilson Kleinübing

Também fundou a Secretaria de Agricultura e fez com que o estado seja hoje o quinto produtor de alimentos do país, tendo apenas um por cento do território nacional.

Os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Bernardo Cabral (PFL-AM) apoiaram as homenagens prestadas a Irineu Bornhausen.

Simon destaca exposição de Guido Mondim

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) anunciou que será inaugurada hoje, em Brasília, uma exposição do ex-senador



Pedro Simon

Guido Mondim, pintor cujas telas a óleo adornam vários palácios de Brasília. O senador lembrou que Mondim foi vice-prefeito de Caxias do Sul, sua cidade, e sucessor de Alberto Pasqualini no Senado.

Simon disse que com Guido Mondim ocorreu o caso inédito de senador eleito por todo o estado do Rio Grande do Sul e o classificou como uma das pessoas mais extraordinárias que já conheceu. Na presidência da Mesa, o senador Odacir Soares (PFL-RO) solidarizou-se com as palavras de Simon.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

- 10h** - Recebe o Colégio Episcopal da Igreja Metodista.
10h30 - Recebe o presidente da UNE, Orlando Silva, o presidente da UBES, Kerisson Lopes e o deputado Sarney Filho.
11h - Recebe o deputado Roberto Valadão (PMDB/ES).
11h30 - Recebe a deputada Rita Camata (PMDB/ES).
14h30 - Preside a Sessão Deliberativa do Senado.
17h - Preside Sessão Solene em comemoração ao transcurso dos 30 anos do PMDB.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Discussão em turno único dos "PLCs nº 58/93, que dispõe sobre o reconhecimento das provas de rodeio e da profissão de peão de rodeiros; 96/94, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o abono salarial, institui o Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT, e dá outras providências; e do "PLS nº 5/92, que estabelece normas para o aproveitamento econômico dos manguezais, em conformidade com o estabelecido no art. 225, § 4º, da Constituição Federal, na Lei nº 7.661/88, que institui o Gerenciamento Costeiro e na Lei nº 6.938/81, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente.

17h - Sessão Solene

Pauta: Comemoração ao transcurso dos 30 anos do PMDB. Local: Plenário Ulysses Guimarães da Câmara dos Deputados.

COMISSÕES

9h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Recurso à decisão da presidência, proferida na Sessão Deliberativa Ordinária realizada em 19.03.96, em Questão de Ordem formulada pelo senador Hugo Napoleão, solicitando o arquivamento do Requerimento 198/96, que cria a CPI dos Bancos. Local: Sala 03 -

Ala Senador Alexandre Costa.

9h30 - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Exposição do governador do estado de São Paulo, Mário Covas, acerca do equacionamento da situação do Banespa. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: *PDL nº 34/93, que aprova o Texto da Convenção nº 169 da OIT sobre os povos indígenas e tribais em países independentes; e *PDL nº 65/94, que aprova o texto da Convenção sobre Cooperação Internacional e Proteção de Crianças e Adolescentes em Matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia, em 29.05.93; *PLS nº 232/95 (terminativo), que nomeia Comissão Mista para elaborar anteprojeto do Tribunal Internacional dos Direitos Humanos e dá outras providências; *PLS nº 312/95 (terminativo), que dispõe sobre o comparecimento bienal dos chefes de missões diplomáticas perante o Senado Federal; *Mensagem nº 125/96, submetendo à apreciação do Senado Federal, a escolha do nome do diplomata Carlos Alfredo Pinto da Silva, para exercer, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil em Barbados, o de embaixador do Brasil em São Cristóvão e Nevis; e *Mensagens nºs 124 e 126/96, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do diplomata Cyro Gabriel do Espírito Santo Cardoso, para exercer, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil nos Emirados Árabes, o cargo de embaixador no Catar e em Uganda. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h30 - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversos projetos, destacando-se: *PLC nº 196/93 (não-terminativo), que estende o seguro-desemprego ao trabalhador rural; *PLC nº 81/94 (não-terminativo), que altera a CLT, dispondo sobre o *ius postulandi*, a assistência judiciária e a representação dos menores no foro trabalhista; *PLC nº 67/95 (não-terminativo), que regulamenta o exercício profissional da acupuntura e determina outras providências; e *PLS nº 83/95 (terminativo), que dispõe sobre o enquadramento dos juizes classistas temporários, como segurados, no regime geral da Previdência Social. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

Comissão aprova Orçamento da União

Para ser encaminhado ao plenário do Congresso Nacional, projeto ainda depende do exame de 506 destaques em reunião programada para as 10h de hoje



Júnia Marise

Júnia cobra medidas contra o desemprego

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) alertou ontem o presidente da República para a onda de desemprego que está tomando conta do país. Ela disse que o governo e a área econômica precisam tomar medidas urgentes para combater o problema, "porque até agora, Fernando Henrique Cardoso ainda não colocou o dedo nessa ferida".

Júnia Marise contesta a afirmação do presidente Fernando Henrique Cardoso de que não está havendo desemprego, mas um remanejamento de trabalhadores. Segundo a senadora, milhares de trabalhadores estão perdendo seus empregos e torna-se necessário que o governo acelere o desenvolvimento com o restabelecimento do sistema produtivo.

Só neste ano, conforme acentuou, a indústria paulista demitiu 179.874 trabalhadores, dez vezes mais do que as dispensas do ano anterior. Em Brasília, são 125 mil desempregados; no Nordeste, 18 milhões de pessoas vivem na área rural frustradas com a falta de perspectivas no campo, acrescentou.

Por unanimidade, a Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), aprovou ontem a proposta de lei orçamentária da União para o exercício de 1996, que estima a receita de R\$ 312,7 bilhões para os orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, e de R\$ 12,8 bilhões para investimentos das empresas estatais federais. O texto aprovado teve como base o substitutivo elaborado pelo relator, deputado Iberê Ferreira, a partir de sete relatórios setoriais apresentados pelo mesmo número de subcomissões específicas.

Para ser encaminhada à apreciação do plenário do Congresso Nacional, a proposição depende ainda do exame de 506 destaques em reunião da

Comissão Mista programada para as 10h de hoje.

Na apresentação do parecer final, favorável à aprovação da matéria, o relator destacou a preocupação da Comissão Mista em "conciliar o exercício pleno das prerrogativas congressuais em matéria orçamentária com o alcance dos objetivos mais amplos do Estado, desincentivando práticas que atendessem meramente a interesses locais ou corporativos".

Informou terem sido apreci-



Renan Calheiros

adas 10.461 emendas individuais de senadores e deputados federais e 393 coletivas, mas apenas 1.500 mereceram aprovação total ou parcial.

O relator chamou a atenção para "o drástico ajuste fiscal implícito" na proposta encaminhada

pelo Executivo e para a incapacidade de o governo realizar investimentos ou mesmo de manter em nível satisfatório o atendimento das necessidades sociais, principalmente na área de saúde.

Freire apresenta proposta de reforma da Previdência

O senador Roberto Freire (PPS-PE) apresentou ontem proposta de emenda constitucional com a sugestão de reforma da Previdência feita por seu partido. A emenda obteve a assinatura de apoio de 34 senadores.

A proposta institui o regime básico unificado de Previdência, prevendo também um sistema complementar público e privado. Além disso, estabelece normas de transição do atual para o futuro sistema previdenciário, objeto de outra emenda constitucional apresentada pelo governo, em vias de ser votada no plenário da Câmara dos Deputados em primeiro turno.

A emenda de Roberto Freire assegura aos trabalhado-



Roberto Freire

res da iniciativa privada aposentadoria aos 35 anos de serviço, se homem, e 30 anos, se mulher. A maior aposentadoria será de dez vezes o piso de benefícios da Previdência e os professores do ensino fundamental pode-

rão requerer aposentadoria especial aos 25 anos de magistério.

Uma diferença básica entre o projeto do governo que vem sendo debatido na Câmara dos Deputados e o projeto do senador: é assegurada a todos que tenham no mínimo cinco anos de contribuição a aposentadoria conforme a atual legislação, ou seja, após 35 anos de trabalho para o homem e 30 para a mulher.

Servidor público com mais de cinco anos na função também poderá se aposentar de acordo com a atual lei: 35 anos de serviço para homem e 30 para mulher. Mais: esse servidor terá direito à aposentadoria proporcional (30 anos no caso dos homens e 25 anos se mulher).

CRISE DO SISTEMA FINANCEIRO

Suplicy contesta FHC e diz que Proer tem custo para o Tesouro

Senador admite, porém, que presidente não fez afirmação movido por má fé, mas por não ter recebido informações adequadas

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) contestou ontem afirmação feita pelo presidente da República, no pronunciamento transmitido terça-feira à noite em cadeia de televisão, de que os recursos do Proer vêm do próprio sistema financeiro.

- Os recursos são dos depositantes, porque é sobre os depósitos do público que se calcula o montante de compulsórios que o sistema financeiro recolhe ao

Banco Central - disse o senador, sustentando que o Banco Central está liberando recursos dos depósitos compulsórios para socorrer instituições financeiras e acaba sendo obrigado a colocar título de sua emissão ou de emissão do Tesouro para enxugar o efeito monetário das operações do Pro-



Eduardo Suplicy

er. Na avaliação de Suplicy, "ao contrário do que afirmou o presidente da República, o Proer traz um custo para as finanças públicas". O senador admitiu, contudo, que o presidente não fez essas afirmações movido pela má fé, mas por não ter recebido informações adequadas.



Ademir Andrade

Para Ademir, governo não se livra da "nódoa"

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) conclamou ontem o PMDB e o PPB a manterem as suas indicações para a CPI dos Bancos. "Há evidentes indícios de que o PMDB mudará de posição", observou. A seu ver, sem a CPI, restará "uma nódoa inabalável no governo Fernando Henrique Cardoso" e ficará demonstrado que é "uma mentira" a afirmação do ministro Pedro Malan de que "este governo não tem rabo preso".

O senador criticou o pronunciamento do presidente da República, terça-feira à noite, em rede nacional de rádio e televisão. Na opinião de Ademir, o presidente não explicou por que é contra a CPI e "omitiu a verdade" ao dizer que os recursos do Proer são do próprio sistema financeiro.

- De fato, o dinheiro é do compulsório das instituições bancárias, retido pelo Banco Central para controle da base monetária da economia - disse o senador. No entanto, observou, a liberação dos empréstimos expandida a circulação da moeda e, para controlar a pressão inflacionária, o governo retira novamente esse dinheiro do mercado vendendo títulos públicos pelos quais paga "juros absurdos". O Proer acaba sendo bancado pelo Tesouro Nacional e, segundo o senador, isso está demonstrado pelo aumento vertiginoso da dívida pública interna.

Dutra: ação do governo é antidemocrática

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) considerou ontem antidemocrática a atitude do governo federal em "forçar que a decisão sobre a CPI dos Bancos vá ao Plenário". Segundo o senador, usar de "filigranas jurídicas" para impedir a prática de um direito constitucio-



José Eduardo Dutra

nal da minoria é negar a própria existência do Congresso".

- A CPI já foi criada, não existe decisão de Plenário - protestou Dutra, ressaltando que não coloca em xeque o

trabalho dos líderes governistas objetivando minar a instalação da comissão, mas o futuro do Congresso, que pode

passar a ser chamado, segundo suas palavras, "de ministério para assuntos legislativos."

José Eduardo Dutra advertiu que "sepultar" a CPI poderá vir a constituir um "precedente perigoso, porque assim poderemos ter um cadáver insepulto". O senador referia-se à possibilidade de mais bancos sofrerem intervenção, fazendo com que a CPI seja ressuscitada.

Valadares: violência contra a Constituição

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), autor do requerimento de convocação da CPI dos Bancos, protestou ontem contra a decisão de submeter ao plenário do Senado um recurso impedindo a implantação da comissão.

A seu ver, a matéria já está decidida e o recurso seria "estapafúrdio, anti-regimental e fora de época". Ele considera que, caso o decisão impeça a formação da CPI, estará sendo concretizada uma grande

violência contra a Constituição.

- A Constituição só admite uma interpretação: a de que um terço de senadores podem requerer a formação de uma CPI. Não fosse lícito instalar a CPI - argumentou Valadares -, a Mesa do Senado não teria aceito, lido e deferido o requerimento assinado por 29 senadores.



Valadares

A seu ver, não há possibilidade de se retroagir no que se refere a essa matéria. A CPI, segundo acredita, servirá para impedir a ação "nefasta" do sistema financeiro, incluído o Banco Central. Para o senador, a tentativa do governo de impedir a atuação da comissão demonstra que o Executivo tem medo das investigações.

CRISE DO SISTEMA FINANCEIRO

Sarney, em nota, reafirma posição institucional

Presidente do Senado nega rompimento com o presidente da República e diz que defende "prerrogativas e atribuições do Congresso, sem nenhuma postura pessoal"



Epitácio Cafeteira

Cafeteira acusa Loyola de comprometer FHC

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) disse ontem que o presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, é responsável pela divulgação de notícias que comprometem o presidente da República. Segundo disse, Loyola anunciou que Fernando Henrique Cardoso soube das fraudes do Banco Nacional antes de outubro de 1995 e não cobrou nenhuma providência. Depois, Loyola teria dito que o Banco Central só aceitaria a compra do Banco Econômico pelo Excel com o aval do Presidente.

- Ele é useiro e vezeiro de usar a imprensa para tirar o corpo fora de suas responsabilidades - disse o senador.

Cafeteira informou que havia estado no início da tarde com Fernando Henrique e que este lhe havia pedido que transmitisse aos senadores o apreço que o presidente tem pelo prefeito de São Paulo, Paulo Maluf. A declaração surgiu a propósito do noticiário de televisão da noite de terça-feira, que segundo Cafeteira teria procurado intrigar Fernando Henrique com Paulo Maluf. O senador registrou ainda que Maluf também recebeu ontem, em convenção de seu partido, a solidariedade irrestrita de seus correligionários.

Com o objetivo de esclarecer sua atitude diante dos últimos acontecimentos, em função de versões veiculadas pela imprensa, o presidente do Senado, José Sarney, divulgou ontem nota escrita, desmentindo que tenha decidido romper com o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

Eis o texto da declaração: "Em face do noticiário, inserido na imprensa de hoje, con-

testo que tenha proclamado romper com o presidente Fernando Henrique, por quem tenho elevado apreço intelectual e respeito pessoal.

"Reafirmo que minha posição é institucional, de defesa do Congresso, como guardião de suas prerrogativas e atribuições, sem nenhuma postura pessoal. Toda a minha vida é marcada pela absoluta incapacidade de ter ressentimentos".

José Alves repele as acusações de governador

O senador José Alves (PFL-SE) considerou ontem uma insensatez o governador do Ceará, Tasso Jereissati, ter feito



José Alves

acusações contra o presidente do Senado, José Sarney, em consequência da criação da CPI do sistema financeiro. "Lamentamos que um governador cujo nome não está livre de maledicências e envolvimento em operações suspeitas venha a público atingir de forma leviana a imagem do presidente do Senado", disse.

Ele referia-se à notícia de que o governador do Ceará teria transacionado como empresário, "aparentemente de forma obscura, com um banco sob investigação do Banco Central". José Alves afirmou que Sarney "é um parlamentar da maior seriedade, da maior estatura moral, homem público afinado com os anseios e inquietudes da sociedade brasileira, a quem sempre serviu com inextinguível dedicação, austeridade e visão social".

Conforme José Alves, Sarney é hoje um dos políticos mais conceituados do país, pelos cargos que exerceu e, particularmente, pela representatividade que desfruta entre toda a população. Daí por que José Alves disse que não poderia calar-se "diante dessa reação espúria contra a soberania do Senado Federal e do resguardo do seu presidente, no exercício das prerrogativas constitucionais".

CAE insiste em ouvir irmãos Magalhães Pinto

Convidados a explicar, ontem, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE), os procedimentos contábeis e os problemas que levaram à liquidação do Banco Nacional, os irmãos Marcos e Eduardo Magalhães Pinto deixaram de comparecer, alegando que o depoimento seria uma "inócua duplicidade", em virtude da criação da CPI dos Bancos. O presidente da comissão, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), não aceitou a justificativa e marcou nova data para o comparecimento dos dois ex-controladores do banco - dia 4 de abril.

Os senadores reafirmaram a importância dos esclarecimentos à CAE e seu interesse em dissecar os problemas bancários, em função do caráter técnico da comissão e sua obrigação de acompanhar e avaliar todas as questões econômicas de interesse do país. O cronograma de depoimentos na CAE sobre o setor bancário é o seguinte:

26/3 - Cláudio Mauch (diretor de Fiscalização), Adilson Ferreira (gerente de Fiscalização) e Luiz Carlos Alvarez (ge-

rente de Controle), todos do Banco Central (confirmados)

27/3 - Sérgio Cutolo, presidente da Caixa Econômica Federal (por confirmar), Clarimundo José de Sant'Ana, ex-diretor do Banco Nacional, em prisão domiciliar (avisou que não virá)

28/3 - Luiz Antonio Fleury Filho, ex-governador de São Paulo (por confirmar)

3/4 - Pérsio Arida, ex-presidente do Banco Central (por confirmar)

4/4 - Paulo César Ximenes, presidente do Banco do Brasil (por confirmar)

4/4 - Marcos e Eduardo Magalhães Pinto, ex-controladores do Banco Nacional (já avisaram que não virão)

9/4 - Francisco da Costa e Silva, da Comissão de Valores Mobiliários (por confirmar)

10/4 - Gustavo Loyola, presidente do Banco Central (por confirmar)

11/4 - Pedro Malan, ministro da Fazenda (por confirmar)

A Comissão de Assuntos Econômicos ainda não fixou data para o comparecimento de Marco Aurélio Maciel, diretor da KPMG, empresa que assinava a auditoria dos balanços do Banco Nacional.

CRISE DO SISTEMA FINANCEIRO

Jáder garante que PMDB ajudará a instalar a CPI

Anúncio foi feito pelo líder do partido ao fim de uma reunião de três horas com a bancada no Senado ontem à noite

Após quase três horas de reunião, ontem à noite, a bancada do PMDB no Senado decidiu participar da instalação da CPI destinada a investigar o Sistema Financeiro Nacional. "Depois de ampla discussão, na qual ficara preliminarmente acertado que a decisão que a maioria tomasse seria acatada por todos os companheiros, o PMDB decidiu pela instalação da CPI dos Bancos", declarou após o encontro o senador Jáder Barbalho (PA), líder do partido no Senado.

- Comunicarei a decisão ao presidente da República. O PMDB participa, a partir de



Jáder Barbalho

amanhã (hoje), da CPI. Portanto, toda e qualquer outra questão passa a ser supérflua. O

PMDB vai se reunir com os demais partidos para participar da instalação da CPI.

Indagado se o PMDB votaria contra o recurso dos partidos governistas, que pediram o arquivamento da CPI sob o argumento de que o requerimento não apresenta "fato determinado" a ser investigado, Jáder Barbalho afirmou: "É óbvio. Mais do que óbvio. O partido participa da CPI". Jáder disse ainda que, como líder, não defendeu qualquer posição na reunião. "O líder apenas reúne e retrata o sentimento da bancada."

Suassuna condena comissão em nome do Real

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) fez um apelo ontem para que não seja instalada a CPI do Sistema Financeiro antes de uma resposta da Comissão de Constituição e Justiça que deverá esclarecer todas as dúvidas sobre o assunto. "Que a emoção não nos leve a uma solução que não seja salutar à economia e traga reflexos negativos ao Plano Real", disse ele.

- Queremos transparência, datas, a quantia empregada em socorro dos bancos. Que haja punição com prisão dos responsáveis, mas não queremos que nesse momento tenhamos vibrações que possam ser negativas à estabilidade do Plano Real. Sou anti-CPI porque sou nacionalista - afirmou Ney Suassuna.

Ressaltando que falava em seu nome pessoal e não seguindo uma determinação do seu partido, Ney Suassuna afirmou que nesta quinta-feira a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vai responder

às indagações, inclusive da sociedade, sobre a CPI. "De raciocínio frio, medido e ponderado, os senadores deverão tomar a melhor decisão sobre o assunto", destacou ele.

Em aparte, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) endossou o discurso de Suassuna. No entanto, pediu que seja regulamentado o artigo 192 da Constituição para que se possa cobrar eficiência do sistema financeiro. Afirmou ser contra a instalação da CPI



Ney Suassuna

porque ela poderia desestabilizar o Plano Real.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS), a favor da CPI, questionou a posição de Suassuna e indagou se o senador paraibano estava falando em nome do partido. Simon afirmou que se essa fosse a posição do partido, ele não aceitaria: "Vou contra meu partido se sua posição for contra a minha consciência". Já o senador Jefferson Peres (PSDB-AM) hipotecou seu apoio a Ney Suassuna.

Josaphat sugere convocação do presidente do BB

Reportando-se ao noticiário que aponta a existência de crise no Banco do Brasil, o senador Josaphat



Josaphat

Marrinho (PFL-BA) sugeriu ontem que a Comissão de Fiscalização e Controle do Senado convide o presidente da instituição para prestar esclarecimentos sobre a situação do banco estatal. No mesmo instante, o senador Edison Lobão (PFL-MA), presidente da Comissão, acatou a ideia, anunciando que adotará providências nesse sentido.

Josaphat deseja saber quais as medidas que estão em curso para corrigir aquela situação, e lembrou que "não se trata apenas de um banco, mas de um banco que, além de ter a União como principal acionista, traz o próprio nome do país".

Na opinião do senador, o Banco do Brasil não pode ficar à mercê de análises temerárias da imprensa: "Não tenho o propósito da acusação, mas o da busca de esclarecimento e revisão da situação do banco, até por se tratar de uma instituição cujo nome não permite que seus títulos sejam afastados da bolsa de valores por dois dias", frisou.

Em aparte, o senador Wilson Kleinübing (PFL-SC) esclareceu que os títulos ficaram fora do pregão exatamente para evitar especulações. Ele informou que o Ministério da Fazenda está dedicado a um intenso esforço para garantir a sobrevivência da instituição em face da disputa de mercado a que ela agora está submetida. Explicou ainda que o banco está sendo capitalizado e que o governo vem reconhecendo créditos que a instituição sempre teve com o Tesouro e que criou a dificuldade de operação enfrentada atualmente.

CCJ examina o recurso hoje

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se na manhã de hoje para apreciar o recurso em que os líderes governistas tentam anular a criação da CPI dos Bancos sob alegação de que o requerimento de sua consti-

tuição não especifica "fato determinado" como exige a legislação. A reunião foi anunciada no plenário da Casa, pelo presidente da Comissão, senador Iris Rezende (PMDB-GO). O relator é o senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES).

Alcântara propõe debate sobre autonomia do DF

Senador manifesta preocupação com a dependência financeira da capital da República em relação ao governo federal

Preocupado com a situação do Distrito Federal, que, segundo lembrou, "depende de recursos do governo federal até para manter a sua polícia militar", o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) propôs ontem a criação de um fórum no Senado para discutir a possibilidade de se conceder a autonomia político-financeira de Brasília.

De acordo com o senador, Brasília já cumpriu o seu papel de colonizadora do interior do Brasil Central e agora passou a viver momentos de extrema pobreza e "decadência urbana". Lúcio Alcântara salientou que



Lúcio Alcântara

chega a ser desagradável para os então constituintes, como ele, que votaram a favor da autonomia de Brasília, "ver o governador Cristovam Buarque

manter uma posição delicada em relação ao presidente da República, no sentido de conseguir os recursos para administrar a capital federal".

Os senadores Lauro Campos (PT-DF), José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Valmir Campelo (DF), líder do PTB, defenderam, em apertes, a autonomia política de Brasília, e propuseram alternativas para a cidade gerar recursos e prover a sua manutenção. A senadora Marina Silva (PT-AC), também apartando, lembrou que a falta de recursos nos estados é um problema geral do país.

Marina pede explicações a FHC sobre Acre



Marina

A senadora Marina Silva (PT-AC) solicitou ontem que o presidente da República dê explicações sobre audiência com o go-

vernador do Acre, Orleir Cameli, na qual este teria pedido o afrouxamento das investigações da Receita Federal contra ele e seu grupo político, e que o presidente teria dito que lamentava a existência, na Receita, de um grupo de petistas que investiga com radicalismo essas denúncias.

Marina baseou-se em matéria do jornal acreano *A Gazeta*, do dia 15 deste mês, para fazer a acusação da suposta conversa de Cameli e alguns deputados federais do estado com o presidente, solicitando que a cúpula do governo pressionasse o secretário da Receita e o procurador-geral encarregado das investigações para "manejar um pouco".

Jucá denuncia contratação de empresa privada em Roraima

A contratação de uma empresa privada com a finalidade de realizar serviços de extensão rural para o governo de Roraima foi denunciada ontem pelo senador Romero Jucá (PFL-RR). Ele argumentou que o contrato é ilegal, já que existe um órgão do estado com técnicos especializados para prestar este tipo de assistência - a Emater-RR.

Romero Jucá disse que vai solicitar informações ao Tribunal de Contas da União, para que ele possa explicar à população do seu estado até onde o governo federal financia indiretamente, através do Ministério da Agricultura, o governador Neudo Campos, "que faz uso de dinheiro emprestado pelo Tesouro para fazer política-



Romero Jucá

gem".

"Por causa das minhas denúncias, recebi ameaças contra minha família, mas vou continuar a fazer uso da tribuna para que o país tome conhecimento dos atos praticados pelo governador de Roraima, que junto com o presidente da Assembléia Legislativa do estado tem feito negócios milionários com dinheiro público - acrescentou o senador.



Odacir Soares

Odacir elogia publicações do Sebrae

As publicações produzidas e editadas pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Rondônia (Sebrae-RO) foram apontadas pelo senador Odacir Soares (PFL-RO) como instrumentos de incontestável utilidade para o fomento da iniciativa empresarial naquele estado. Ao afirmar que os dirigentes do Sebrae-RO "mantêm os pés no chão e os olhos voltados para a realidade", o senador elogiou o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo diretor superintendente daquele organismo, Roberval Duamel de Zúñiga Júnior.

Odacir Soares explicou que as publicações agrupam-se em três séries. A primeira, intitulada *Série Associativismo*, engloba informações e roteiros para o associativismo entre empresas; a segunda, denominada *Perfil de Oportunidade de Negócio*, traz informações que auxiliam o ingresso de interessados em nova atividade econômica; e a última, sob o título *Difusão de Informações Empresariais*, reúne um *Manual para Abertura de Micro e Pequenas Empresas* e relatos de empreendimentos bem-sucedidos, de modo a orientar outras iniciativas.

O senador entende que, entre outros méritos, essas publicações apresentam indicativos de viabilidade - no âmbito da economia local - de pequenos negócios extremamente necessários para que o estado possa ampliar a exploração eficiente e ordenada de seus recursos materiais.

Benedita elogia Campanha da Fraternidade

Senadora destaca que tema deste ano apela à construção de uma sociedade mais justa e incentiva luta pela inserção de valores éticos fundamentais na política

Mauro Miranda: Brasil deve entrar no mercado chinês de alimentos

A abertura comercial que se verifica na China e o fracasso da sua produção agrícola indicam que aquele país se tornará um grande importador de alimentos,



Mauro Miranda

afirmou ontem o senador Mauro Miranda (PMDB-GO), salientando que isso amplia as perspectivas da agricultura brasileira. "Na globalização da economia, é legítimo imaginar que o Brasil será grande

beneficiário da expansão comercial dos produtos agrícolas", acrescentou.

Para Mauro Miranda, cumpre ao Banco do Brasil, como principal agente de financiamento da agricultura, aprimorar seus serviços e ficar mais perto do homem do campo, abandonando procedimentos burocráticos que só dificultam a vida do agricultor.

Ao defender a adoção de

uma política agrícola que sobreviva ao tempo, o senador reconheceu que a lei de securitização das dívidas produziu "uma paz momentânea", mas os problemas da agricultura continuam atrelados ao empirismo e ao casuísmo das emergências.

Reportando-se ao financiamento agrícola em Goiás, Mauro Miranda disse que o volume de recursos do Banco do Brasil no estado alcançou em 1994 a cifra de R\$ 400 milhões, a preços de hoje, caindo no ano passado para R\$ 200 milhões.

A Campanha da Fraternidade promovida este ano pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) sob



Benedita

o tema *Fraternidade e Política - Justiça e Paz se Abraçarão* foi elogiada pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ), que destacou a importância da iniciativa para a compreensão do vínculo que existe entre a política e o fenômeno da exclusão social. Segundo a senadora, a campanha traz às consciências forte apelo para a construção de uma sociedade mais justa, além de incentivar a luta pela inserção de valores éticos fundamentais na política.

Benedita da Silva acredita não ser possível reduzir o espaço da religião à vida pessoal ou familiar, com a exclusão de outros aspectos da vida humana. "Quem tem fé tem mais razões, condições e instrumentos para fazer política", disse a senadora, garantindo que a Igreja sente como seu dever e seu direito estar presente nesse campo de atividade porque "o cristianismo deve evangelizar a totalidade da existência humana".

Benedita entende que a sociedade brasileira, infelizmente, ainda não é fraterna, como revela "a espantosa indiferença de numerosos ricos em relação à miséria e ao sofrimento de milhões de excluídos e a episódios de selvageria".

Valmir pede ação da sociedade contra o tráfico de crianças

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) disse ontem que é preciso toda a sociedade brasileira unir-se em uma cruzada contra o tráfico de crianças, "gritar aos quatro cantos do país contra essa maldade sem limites". Segundo o senador, o tráfico de crianças é tão odioso, desumano e inaceitável quanto o tráfico de escravos nos séculos 17 e 18.

- Se já se comprovou que muitas crianças são negociadas num mercado monstruoso e levadas para adoção na Europa, também é verdade que muitas são utilizadas como cobaias de

doação de órgãos, numa prática que torna infantis as experiências médicas levadas a efeito nos campos de concentração da Alemanha nazista - observou.

Valmir acrescentou que há casos em que crianças são sacrificadas em rituais de magia negra e outras lançadas à prostituição, além daquelas que, submetidas a necessidades extremas, alistam-se no tráfico de drogas.

O senador destacou o traba-



Valmir Campelo

lho da imprensa para combater o tráfico de crianças, elogiando a Rede Globo, que, através de campanha na novela *Explode Coração*, conseguiu localizar duas crianças. Lembrou

que a série de reportagens do jornal *Correio Braziliense*, relativas ao desaparecimento de crianças, valeu à jornalista Ana Beatriz Magno da Silva o prêmio Rei da Espanha de Jornalismo Ibero-Americano, entregue em Madrid, esta semana.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Samey ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalma Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célso Azevedo, Mircia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Soraita F. do Carmo ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal